

**Discurso de Sarah Love, Directora de Desenvolvimento e
Encarregada de Negócio do Alto Comissariado Britânico em Maputo,
Março 2022 (Português)**



- **Sua Excelência, Senhor Presidente da República de Moçambique, Filipe Jacinto Nyusi**
- **Sua Excelência Sr. Silvino Augusto Moreno, Ministro de Indústria e Comércio;**
- **Excelentíssimo Senhor Éneas Comiche, Presidente do Conselho Autárquico da Cidade de Maputo;**
- **Excelentíssimo Senhor Vicente Joaquim, Secretário de Estado da Cidade de Maputo**
- **Excelentíssimo Senhor Agostinho Vuma, Presidente da CTA;**
- **Suas Excelências Senhores Ministros e membros do Governo de Moçambique;**
- **Digníssimos Srs. Embaixadores, e Membros das Missões Diplomáticas aqui representados;**
- **Senhores Membros da Comunidade Empresarial; Representantes das Instituições Governamentais e Representantes da sociedade civil e Academia;**
- **Minhas Senhoras e meus Senhores;**

Em nome do “*Private Sector Working Group*”, eu gostaria em primeiro lugar em representação do Reino Unido, agradecer à CTA pelo amável convite para participar nesta edição da Conferência Anual do Sector Privado, CASP. Em segundo lugar, sinto-me lisonjeada e privilegiada em dirigir-me a este plenário em representação do “*Private Sector Working Group*”.

Excelências,

O “*Private Sector Working Group*” é um grupo de trabalho composto por parceiros de cooperação, representantes do Governo e do Sector Privado, com interesse especial no desenvolvimento do sector privado e na melhoria do ambiente de negócios em Moçambique. Atualmente, o grupo é coordenado por uma troika composta pelo Reino Unido, Banco Mundial, e a USAID.

Permitam-me começar endereçando os meus parabéns ao comité organizador pela escolha do tema da conferência deste ano. ‘*Reformando o ambiente de negócios para a recuperação económica*’ é um tema central que merece ser discutido neste momento. Na nossa perspetiva, como parceiros de cooperação, consideramos à crise atual como sendo uma oportunidade para construir um futuro melhor para os Moçambicanos.

Todos nós sabemos dos desafios enormes que Moçambique enfrenta. A pandemia do COVID-19, a insurgência no norte do país, os desastres naturais que tem vindo afetar Moçambique desde 2019 (*dois mil e dezanove*), e mais recentemente a crise global causada pelo conflito militar na Ucrânia, são adversidades na qual não contribuem para a recuperação económica do país. No entanto, **somos otimistas**. Moçambique é um país de recursos e oportunidades abundantes, e de pessoas trabalhadoras. A questão é como tornar este potencial do país uma realidade de forma a assegurar *a redução rápida e sustentada da pobreza?*

Com este objetivo, permita-me em nome do grupo salientar três temas sobre os quais os parceiros de cooperação podem trabalhar conjuntamente com o Governo e o Sector Privado na recuperação económica de Moçambique:

(Primeiro): a importância de reativar as reformas económicas;

(Segundo): o papel da transformação económica através da competitividade na agricultura e nas indústrias associadas;

e (Por fim): a urgência da agenda do emprego.

Em relação a reativar às reformas económicas, Moçambique tem estado a atrair investimentos de grande envergadura. Os investimentos associados no sector extrativo, são significativos e podem resultar um crescimento económico de destaque. Moçambique já chegou a ter uma taxa média de crescimento mais rápida da África Subsaariana. Contudo, a taxa de pobreza ainda continua significativa com quarenta e oito por cento (48%) da população total. Com às adversidades que eu já me referi aqui hoje, a pobreza no país poderá ainda ser maior.

É verdade que a atenção do Governo de Moçambique nos últimos anos tem estado focada na resposta às emergências devido aos efeitos climáticos, de saúde e segurança, deixando às reformas económicas, em segundo plano. Embora haja melhorias pontuais no ambiente de negócio, com a simplificação dos processos de licenciamento, a reforma de longo prazo com a automatização do registo predial, e os novos regimes jurídicos de garantias móveis e de insolvência, é preciso que o Governo continue com estes esforços na melhoria do ambiente para o investimento privado no país. A experiência de países como o Ruanda nos ensina que é possível através de reformas económicas criar prosperidade, facilitar mais investimentos e incentivar o empreendedorismo.

Assim sendo e olhando para o futuro, é essencial que Moçambique acelere às *reformas económicas*. Com base no diagnóstico do sector privado no país, preparado em 2020 (*dois mil e vinte*) pelo Banco Mundial e pelo IFC, como parceiros de cooperação do *Private Sector Working Group* gostaríamos de voltar a destacar algumas áreas de reformas importantes:

- ***Uma área fundamental é garantir a concorrência e a presença de forma justa do sector privado na economia.*** Moçambique beneficiaria de uma revisão da Lei das Empresas Públicas para separar as atividades comerciais e não comerciais das empresas estatais. De forma a garantir a concorrência, é também importante isolar os reguladores sectoriais das empresas estatais e dos interesses políticos. Avançar nessas reformas das empresas públicas e seus respetivos sectores pode também criar oportunidades para investimentos privados em infraestrutura, gerando ainda mais parcerias público-privado.
- ***O comércio internacional tem potencial de acelerar o crescimento económico.*** Moçambique pode fortalecer esta agenda, e participar ainda mais neste diálogo, ao mesmo tempo que execute reformas na logística comercial de portos e fronteiras, na facilitação do comércio particularmente através da remoção de barreiras tarifárias e não tarifárias. A redução nos custos de logística e no tempo do comércio, facilitará Moçambique na conectividade com a África Austral, e pode criar benefícios adicionais e imensos no desenvolvimento económico local.
- ***Outra área importante é a atração de investimentos nos sectores produtivos.*** O trabalho liderado pela APIEX no alinhamento da Lei de Investimentos de Mil e Novecentos e Noventa e Três (1993) aos padrões internacionais, pode ter um efeito favorável na atração e retenção de investimento estrangeiro. A melhoria no quadro regulamentar nas formas alternativas ao crédito bancário, poderá impulsionar essas oportunidades e criar soluções para reduzir o custo de capital para o investimento no país, e aumentar as ligações empresariais entre os grandes investimentos com as pequenas e médias empresas locais.

- ***A rapidez e simplificação no processo de emissão de vistos de entrada no país, poderá ainda mais facilitar os investimentos em todos os sectores, e no crescimento do turismo em particular.*** Com base no estudo do Banco Mundial de 2019, Moçambique classifica-se bem nos Índices de Abertura de Vistos, onde tem uma política razoável e favorável que permite visitantes de todas as nacionalidades a possibilidade de solicitar vistos na chegada. Contudo, a melhoria na comunicação sobre os regulamentos e requisitos para emissão de vistos, bem como assegurar a implementação eficaz e consistente dessa mesma política, e implementar um sistema de vistos eletrónicos, iria ainda mais permitir ganhos adicionais.

Excelências,

Não esqueçamos que tão importante quanto aprovar as reformas, é a sua implementação e a garantia de um ambiente de negócios previsível e transparente no país. Como parceiros de cooperação, melhorar o clima de investimento é uma prioridade que queremos continuar o nosso apoio técnico.

Gostaria de chamar a atenção para o potencial **papel da transformação económica através da agricultura e as indústrias associadas**, como fonte de crescimento e redução da pobreza em Moçambique. Evidências mostram que alguns países tem um desenvolvimento económico e transformador, transferindo trabalhadores da agricultura de subsistência para atividades económica mais produtivas, geralmente nos sectores de serviços. Este é o caso recente do Gana, Nigéria e vários países asiáticos, onde regista-se esta transição da população, permitindo assim que o sector agrícola e as indústrias associadas tornam-se mais competitivos, resultando assim num aumento da renda per capita em termos reais, nestes países.

Em Moçambique, a percentagem da população que trabalha na agricultura variou bem menos, de oitenta e cinco (85) para setenta por cento (70%) do total. Mais de noventa por cento (90%) das machambas são de pequena escala e familiares, de baixa produtividade e predominantemente voltadas para subsistência. Moçambique precisa de reformas que permitam o aproveitamento das vantagens comparativas e competitivas do país, e a expansão de atividades com potencial de gerar emprego para trabalhadores de baixa qualificação. A boa notícia é que Moçambique tem muitas oportunidades que cumprem com estas características.

Uma delas é no agronegócio. Quando orientada para a exportação e atividades comerciais, o potencial agrícola moçambicano poderá ser catalítico e transformador fazendo ligações empresariais benéficos. Por exemplo, com base no potencial que inclui a produção de grãos e frangos nos corredores de Nacala e Beira, frutas e vegetais em Manica e Maputo, bem como açúcar, castanha de caju e leguminosas por toda a parte, a expansão do agronegócio pode criar mais oportunidades para o empresariado local. Moçambique precisa de continuar a expandir a agricultura orientada para o mercado, inclusive o mercado global.

Outra oportunidade identificada está no sector de habitação, onde esta atividade pode criar empregos e promover a integração urbana. Embora o mercado da habitação em Moçambique enfrente desafios, o défice existente de habitação a preços acessíveis apresenta uma oportunidade. Estima-se que treze e meio (13,5) milhões de unidades habitacionais adicionais sejam necessárias até dois mil e cinquenta (2050) para acomodar o crescimento populacional, substituir unidades inadequadas e reduzir a superlotação. As necessidades de habitação significam também um crescimento da procura por materiais de construção. Para capitalizar estas oportunidades, Moçambique deve enfrentar as questões subjacentes que impulsionam o alto custo de construção, cumprimento dos requisitos e do financiamento. Estas questões incluem sistemas de atribuições e registo de terras, legislação relacionada a licenças e códigos de construção, entre outros.

Além desses dois exemplos, e tendo em vista a recente realização da COP26 no Reino Unido, não poderia deixar de ressaltar o potencial do país no sector de **energias renováveis**, para o turismo baseado na natureza, bem como os sectores florestal e de pescas, e a importância de garantir um desenvolvimento sustentável que contribua na adaptação das mudanças climáticas.

Por fim, uma palavra sobre o **emprego**. Anualmente em Moçambique, cerca de quinhentos (500) mil jovens entram no mercado do trabalho à procura de emprego. Isto representa um grande desafio para o país. Ao nível de reformas legais, é importante tornar a lei de trabalho, atualmente em processo de revisão, mais competitiva. Importa refletir sobre a complexidade do mecanismo de salário mínimo por sector, assim como do sistema de cotas para trabalhadores estrangeiros. A empregabilidade das mulheres é outra área que merece nossa atenção, especialmente as questões de iniquidade relacionadas com o acesso e permanência de meninas nas escolas, os altos níveis de gravidez precoce e os casos de violência de gênero aquando da inserção das mulheres no mercado formal de trabalho. É preciso alterar esta realidade.

Excelências,

Mais uma vez como parceiros de cooperação, estamos dispostos a apoiar o Governo de Moçambique nestas agendas, que também são as mesmas prioridades que determina o nosso compromisso político dos Governos dos nossos países de onde viemos, para a ajudar à Moçambique. Gostaria de em nome dos parceiros do *Private Sector Working Group* agradecer a oportunidade de reiterar o nosso total compromisso para com estas agendas, que acreditamos ser crítica para o desenvolvimento económico do país e, em particular, para o bem-estar de todos os Moçambicanos.

Khanimambo!